



***SECRETÁRIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL***

São Jorge D' Oeste - PR

**PLANO MUNICIPAL
ASSISTÊNCIA SOCIAL SÃO JORGE D'OESTE – PARANÁ.
2022-2025**



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

1. IDENTIFICAÇÃO:

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JORGE D'OESTE – PARANÁ.

- **Vigência:** 2022-2025
- **Porte Populacional:** Pequeno Porte I
- **Código do IBGE:** 4125209
- **Período de elaboração:** Janeiro de 2022
- **Prefeitura Municipal:** Prefeita Leila Aparecida da Rocha
- **Endereço da Prefeitura:** Rua das Américas, 256 - centro
- **CEP:** 85.575-000
- **Telefone:** (46) 3534 – 2365
- **CNPJ:** 76995380000103
- **E-mail:** administracao@pmsjorge.pr.gov.br

1.1. REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Governamentais:

Representantes da Secretária Municipal de Assistência Social:

- **Titular:** Géssica Celeski
- **Suplente:** Solange de Souza Azeredo

Representante da Secretária Municipal de Saúde:

- **Titular:** Daniel Souza Dias
 - **Suplente:** Valéria Cristina Tissato
-



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

Representante da Secretária Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças :

- **Titular:** Geraldo Borguezan
- **Suplente:** Olvides Pinto Ribeiro Fontana

Não Governamentais

Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

- **Titular:** Marta Fernandes Rodrigues
- **Suplente:** Terezinha Helfenisten

Representante da Sociedade Civil:

- **Titular:** Rafaela Soares Marques
- **Suplente:** Wiliton Ponpeo da Silva

Representante de entidades de trabalhadores do setor de Assistência Social:

- **Titular:** Natiele Ourique da Silva
 - **Suplente:** Leandro Sehn
-



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

1.2 RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PLANO:

- Solange de Souza Azeredo – Secretária Municipal de Assistência Social.
 - Géssica Celeski – Psicóloga/Coordenadora do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.
 - Natiele Ourique da Silva – Assistente Social do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.
-



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

2. INTRODUÇÃO

Planejar é um exercício de aprendizado, e é por meio deste aprendizado que se mantém o conhecimento de nossas demandas e necessidades. Sendo assim, este planejamento manifesta a capacidade de respostas do poder público para evoluir em sua sistematização. Por isso a necessidade de construção deste Plano Municipal de Assistência Social do Município de São Jorge D Oeste D' Oeste – PR.

Com base no Plano Estadual de Assistência Social, o presente plano tem o desafio de adequar a discussão a nossa realidade, ao mesmo tempo propõe-se um trabalho em cumprimento com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e as determinações estabelecidas pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. Assim, este trabalho, estabelece um processo a longo prazo, ponderando questões indispensáveis para o planejamento, e dando origem a propostas e ações estratégicas ao desenvolvimento do trabalho na área da assistência social no município de São Jorge D Oeste D' Oeste – PR.

Para tanto, este plano procurou instrumentos empregados na administração pública como, o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA. Por meio destes desdobramentos, buscou-se construir o melhor, e com condições reais que envolveram esforços no sentido de integrar reflexões e propostas para delinear questões de médio e longo prazo.

É indispensável destacar que a elaboração deste plano, se articula em Três etapas: a primeira está sob à luz de Diretrizes e Princípios Fundamentais que norteiam a área e assistência social e seu Sistema Único, tais diretrizes, nos guiaram neste processo de elaboração. A segunda, consiste em explicar um perfil de nossa realidade socioassistencial, através do marco situacional, identificando nossa estrutura em determinadas áreas da política pública. Aqui é imprescindível também, que haja uma aproximação da realidade a qual se quer



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

transformar, por isso, foi necessário contextualizar e identificar possibilidades de intervenção. A terceira diz respeito a criação de propostas e estratégias de ação que considerem objetivos, metas a serem alcançadas, bem como as responsabilidades e os mecanismos de financiamento. Esta parte integra ainda o Plano Tático de Ações, onde a gestão dispensou esforços para aprimorar o Sistema Único de Assistência Social do município de São Jorge D Oeste D' Oeste, a fim de garantir acesso aos direitos socioassistenciais da população.



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

3. DIRETRIZES

O Plano Municipal de Assistência Social do município de São Jorge D Oeste D' Oeste, fundamentou-se nas diretrizes nacionais com a preocupação de estrutura-lo conforme os princípios da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, bem como os debates em torno da conferência municipal “Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS. Neste texto, apresentam-se grandes linhas norteadoras, baseadas em princípios fundamentais, constitucionais, deliberados e fundamentadas neste debate.

Da mesma forma, compreende-se que junto a este debate se organiza um modelo a nível nacional que atribui emancipação às reflexões identificando os principais desafios e estratégias a serem traçadas. Assim, os documentos nacionais e estaduais, que construíram e constroem a base da Assistência Social do Paraná, concentram-se em quatro amplas diretrizes norteadoras para fundamentar o trabalho de planejar objetivos e metas estratégicas: universalização do SUAS; aperfeiçoamento contínuo do SUAS; gestão democrática, participativa e transparente; e integralidade da proteção social.

A partir destes conceitos a Assistência Social potencializa a prevenção e redução das desproteções sociais e ocorrências de situações de risco pessoal e social da população. Além disso essas quatro diretrizes estão interligadas e expressam o compromisso ético e técnico tanto do Paraná como do município de São Jorge D Oeste D' Oeste, na Assistência Social com a garantia de direitos e proteção social dos diversos públicos atendidos.

3.1 UNIVERSALIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O reconhecimento pela Constituição de 1988 da Assistência Social como política pública, prestada “a quem dela necessitar”, e sua inserção no Sistema de Seguridade Social brasileiro cria a necessidade de reestruturação completa das ideias e ações socioassistenciais que vinham sendo realizadas. Nesse mesmo momento histórico, pautavam-se a universalização e unificação das



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

políticas de seguridade e a consolidação de direitos sociais. A Assistência Social, inspirada no modelo sistêmico da Saúde, passou a construir seu sistema no sentido de oferecer serviços assistenciais de caráter universal, organizados em todo o território nacional, por meio de parâmetros e normativas discutidos e aprovados pelos Conselhos de Assistência Social (CNAS) e pactuados em outras instâncias de gestão, como a Comissão Intergestora Tripartite e as Comissões Bipartites. A agenda universalista, no sentido de garantir a prestação dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais a quem dela necessitar, tem como objetivos principais: garantir acesso a conhecimentos e ativos construídos pela sociedade; operar a responsabilização coletiva de riscos individuais (em especial na saúde, mas também na assistência social e na educação); assegurar patamares de bem-estar considerados adequados em um dado contexto de desenvolvimento social. Nesse sentido, a universalização dos serviços desenvolveu-se com a ideia de garantia de direitos e dignidade humana, num conceito amplo de seguranças protetivas, sendo um princípio fundamental do sistema. O avanço de construção do SUAS mostrou que, apesar disso, a universalização significa mais que a criação de estruturas parametrizadas de atendimento e serviços, é indispensável avaliar estruturas de oportunidade e incluir a discussão de equidade e acesso aos serviços de grupos populacionais em situações diferenciadas de vulnerabilidade. A plena universalização a quem dela necessitar implica, no foco do atendimento: • reconhecer as especificidades, necessidades diversas e heterogeneidade de territórios e de públicos, quanto aos arranjos familiares, modos de vida, vivências socioeconômicas, étnicas, culturais, raciais, situações de vulnerabilidade no âmbito da proteção e desenvolvimento social; • respeitar e melhor atender a essa diversidade, na perspectiva de garantir a expressão de sua liberdade e potencialidades, sem sofrer discriminações, restrições ou atitudes vexatórias; • assegurar tratamento digno a todos os públicos em suas condições específicas de atendimento. Quanto às questões de gestão, a universalização significa compreender: “a



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

complexa e continental formação geográfica em que se assentam as cidades brasileiras [territórios não urbanos] e a concentração x dispersão das populações” (BRASIL, 2016), para planejamento de estratégias de gerenciamento que sustentem a operação integral, profissional, contínua e sistêmica da rede socioassistencial e seu cofinanciamento nos entes federados.

3.2 APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL CONTÍNUO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Após anos de inscrição constitucional, anos da Lei Orgânica e anos de implementação do Sistema Único de Assistência Social, o estágio que se anuncia na agenda institucional da Política de Assistência Social diz respeito à qualificação da gestão do seu sistema. O Plano Decenal Nacional Frisa que o pilar de sustentação do próximo período é o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social, em seus diferentes aspectos (gestão do trabalho, vigilância socioassistencial, gestão financeira, regulação). E o desenvolvimento das leis, normativas, instruções e documentações do SUAS, nos últimos dez anos, acentuou a primazia da responsabilidade do Estado, enfraquecendo visões conservadoras sobre a área.

O permanente aperfeiçoamento institucional envolve atividades de planejamento e integração de expertises diversas, profissionalização das equipes e gestão do conhecimento que efetivem a intersetorialidade e integralidade da política de assistência Social. Com isso, tem-se como orientações:

- O desenvolvimento de mecanismos da gestão financeira e orçamentária, da gestão de trabalho e da vigilância socioassistencial, ancorados em estudos da realidade territorial específica para garantir padrões estaduais (nacionais) mínimos na implementação de serviços, programas e benefícios;
-



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

- O comprometimento de todos os entes federados, no respeito à diversidade, heterogeneidade de indivíduos, famílias e territórios, e o entrelaçamento com as políticas sociais que garantem direitos;
- A segurança do cofinanciamento estatal continuado;
- O esclarecimento das competências federativas na área da assistência social e uso do potencial gerencial distribuído nos territórios;
- A primazia da responsabilidade estatal na regulação dos serviços, benefícios, programas e sua rede socioassistencial.

3.3 GESTÃO DEMOCRÁTICA, PARTICIPATIVA E TRANSPARENTE

A participação social após a Constituição Federal de 1988 passou a representar um elemento estruturante dos sistemas brasileiros de políticas públicas. Entende-se essa participação nas suas interações entre atores sociais e estatais em, pelo menos, duas dimensões: uma como espaço de debate, negociação, deliberação e controle de políticas, institucionalizando-se por meio dos conselhos (interações societais) e instâncias federativas de gestão (interações governamentais); e outra como linha executiva da política formulada, o que envolve a gestão da rede socioassistencial, sua regulamentação e disseminação por meio também de parcerias entre organizações da sociedade civil privadas, sem fins lucrativos com o Estado. Essa ideia de participação é apropriada como eixo estruturante na Assistência Social por meio da categoria Controle Social, em que se agregam três dimensões: uma diz respeito ao envolvimento de agentes societais na avaliação de problemas e produção de soluções, indicando participação no fluxo de problemas e fluxo de alternativas (policy proposals) (KINGDON, 2011) da formulação de política pública; a segunda, relacionada à prestação de contas; e a terceira, à responsabilização dos agentes políticos por ações praticadas em nome da sociedade. O alinhamento entre gestão democrática, participação social e transparência impõe a compreensão da gestão de Assistência Social em:

- respeitar a alteridade, na convivência multicultural, sem



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

subjugação de grupos e indivíduos por meio de coação ou constrangimento à sua liberdade de expressão; • reconhecer e aperfeiçoar mecanismos de expressão e representação de interesses diversos, dando visibilidade às demandas sociais, provocando um avanço na promoção da igualdade e da equidade na política pública de Assistência Social; • manter a transparência na deliberação e visibilidade das ações pela finalidade da defesa de direitos e do exercício democrático. Nesse sentido, esse alinhamento corresponde à ideia de um Sistema Único de Assistência Social público e republicano, entendendo que sua gestão se faz pela comunidade de interesses, composta por agentes fora e dentro do Estado e governo, em defesa da assistência social como direito.

3.4 INTEGRALIDADE DA PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL

Recorre-se ao conceito de integralidade para romper com a estrutura fragmentada de políticas sociais. O conceito se ancora na discussão de que problemas complexos e multidimensionais, como pobreza e vulnerabilidade, demandam abordagem integral de políticas intersetoriais. A integralidade é um dos princípios da política de Assistência Social que se destina a conjugar as ações direcionadas e materializá-las como direito. Já intersetorialidade como conceito abrange desde as relações entre diferentes áreas do governo envolvidas com a questão social até relações entre os setores governamental e não governamental.

A integralidade e a intersetorialidade exigem complementaridade e articulação nas ações possíveis e construção de capacidade e horizontes comuns, superando a fragmentação e efetivando de fato um novo padrão de concentração para construir uma teia institucional de articulação entre sistemas de políticas que garanta sólidos e permanentes circuitos de inclusão social. Ambas enfrentam desafios políticos, para além de técnicos ou de gestão, na



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

construção de horizontes comuns de atuação entre distintos setores de governo e sociedade.

Trata-se de assumir que o desafio da integralidade pressupõe aprofundamento da intersetorialidade e impõe, a mais do que já descrito nas outras diretrizes:

- Incorporação de saberes profissionais diferentes na gestão do conhecimento na assistência social;
- A articulação de saberes e experiências no planejamento, na coordenação e realização de ações destinadas a alcançar efeito sinérgico no desenvolvimento social.

Na integralidade da proteção reúnem-se novas agendas de construção da proteção social brasileira, na qual a Assistência Social se insere, mas não pode garantir em si mesma a solidez de circuitos de inclusão social. É preciso assegurar melhoria nas gestões e na prestação dos serviços socioassistenciais, para se ter claro o papel da Assistência Social e com isso essa política possa compor com outras um caminho de desenvolvimento social.

4. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

4.1. Localização

O município de São Jorge D'Oeste localiza-se no Sudoeste do Estado do Paraná, na região Sul do Brasil, a uma latitude de 25°53'05" Sul e Longitude 52°56'00" Oeste. A área total do Município é de 382,364km², estando a uma altitude média de 520 metros acima do nível do mar.

FIGURA 1. Mapa da localização do Município no Estado do Paraná.





SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jorge_d%27Oeste

O Município se distancia a 450km da capital Curitiba, pela rodovia BR-475 e 570km de Porto de Paranaguá, pela BR-277. O aeroporto mais próximo, localizado em Cascavel, fica a uma distância de 320km, pela BR-277.

4.1.1 Limites atuais

Os municípios limítrofes são: ao Sul, Verê; ao Norte, Quedas do Iguaçu; a Leste, São João; a Oeste, Dois Vizinhos e a Noroeste, Cruzeiro do Iguaçu.

FIGURA 2 – Mapa dos municípios limítrofes de São Jorge D'Oeste



FONTE: IPARDES - NOTA: Base Cartográfica ITCG (2010).

4.2 Clima

O clima é subtropical temperado, com temperatura média do mês mais quente superior a 22º centígrados.

4.3 Vegetação

No início da colonização o Município contava com expressivas variedades de vegetação como imbuia, cedro, angico, peroba e araucária, mas com o passar dos anos, acabou dando lugar às plantações, campos e algumas reservas nativas. São 4.008 hectares de mata nativa e 380 hectares de área de reflorestamento.



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

4.4 Solo e Relevô

O solo predominante é o de terra roxa estruturada com afloramento de rochas, manchas de latossolos e cambissolos próximos de rios, com grande área de terras férteis, cuja análise do solo constatou grande quantidade de cobre, ferro, manganês, potássio, cloro e outros.

4.5 Hidrografia

A rede hidrográfica conta com dois principais rios: O Rio Iguaçu e o Rio Chopim.

5. ASPECTOS HISTÓRICOS

5.1 Marcos Históricos

O Município tem um passado marcado por lutas e bravuras de homens de coragem, que acima de tudo acreditavam na prosperidade do lugar. Foi por meio do pioneiro Coronel José Rupp que tudo começou. Morando em Joaçaba, estado de Santa Catarina, ele e sua equipe de trabalho fornecia material dormente (cada uma das travessas em que se assentam os trilhos da estrada de ferro) e mão-de-obra para a Companhia de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul.

No entanto, como não receberam os pagamentos pelos serviços prestados à companhia, José Rupp e sua mulher Emérita Bueno Rupp, moveram uma ação ordinária de cobrança para obterem da mesma o pagamento a que julgavam ter direito. O efeito judicial ocorreu pela Décima Vara Civil do Distrito Federal. A Companhia Estrada de São Paulo – Rio Grande do Sul foi condenada a pagar com juros, a dívida, a partir de 1938, perfazendo o total de Cr\$ 8.320.000,00 (oito milhões e trezentos e vinte mil cruzeiros). Mas, como a dívida se alongava desde 1920, José Rupp e sua esposa, solicitaram a modificação da sentença para retroagir os juros.



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

Com a sentença ganha, mas sem conhecimento de tramitação judicial, José Rupp e sua esposa, por escritura pública lavrada no cartório do Sexto Ofício de Notas do Distrito Federal, cederam e transferiram seus direitos à CITLA (Clevelândia Industrial e Territorial Limitada).

Cessionária dos direitos e ações do casal Rupp, a CITLA propôs à superintendência das empresas incorporadas ao Patrimônio Nacional, a liquidação de seu crédito por via de um acordo, tendo em vista que a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul estava incluída entre as empresas incorporadas ao Patrimônio Nacional pelos Decretos-Leis nº 2.436, de março de 1940, e 2.436, de 22 de julho de 1940, pertencentes à Brasil Railway Company.

A comissão nomeada pelo Presidente da República, Getúlio Vargas, opinou decidida e categoricamente pela aceitação da proposta, a fim de pôr termo à execução da sentença contra os bens da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Face ao parecer da comissão, a superintendência nacional realizou o acordo proposto por via de escritura pública, de 17 de novembro de 1950, tomada nas notas do Tabelião do Sexto Ofício do Distrito Federal. Desta forma, a CITLA recebeu para a extinção completa de crédito, reconhecendo judicialmente as glebas de terras de propriedade da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, as glebas denominadas “Missões” e parte da gleba “Chopin”, situadas no Paraná, na comarca de Clevelândia.

No dia 7 de junho de 1958, lavrou-se escritura pública pelo Oitavo Tabelião, sendo adquirente por doação de pagamento, José Rupp e transmitente a CITLA, sendo repassado ao interesse o montante de 5.904,80 (cinco mil, novecentos e quatro hectares e oitenta ares), equivalente a 2.440,00 (dois mil, quatrocentos e quarenta alqueires paulistas) no valor de Cr\$ 1.952.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e dois mil cruzeiros), mais imóveis em Curitiba.



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

Mesmo não recebendo o valor equivalente à dívida que arrolava na justiça, o Coronel José Rupp prosseguia com a intenção de colonizar as terras recebidas. As experiências adquiridas nos sertões catarinenses contribuíram para o espírito de desbravador do Coronel José Rupp. Ao sobrevoar o local, identificando as terras pelas proximidades de Foz no Iguaçu (hoje Salto Osório), o Coronel via na imensa área de floresta das terras férteis no Sudoeste do Paraná, um futuro de desenvolvimento promissor.

De acordo com relatos do Doutor Antônio Paranhos, de 13 de dezembro de 1968, José Rupp necessitava de pessoas qualificadas para o planejamento da colonização. Antônio Paranhos foi procurado pelo Coronel em 1952, na cidade do Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil, pois o colonizador tinha interesse em fundar um Núcleo Colonial que obedecesse às condições técnicas modernas da colonização. Mesmo com experiências nos sertões catarinenses, reconhecia que não tinha a orientação técnica necessária. O Doutor Paranhos com conhecimento de legislação agrária expôs a José Rupp os métodos de colonização adotados no Uruguai e na França.

Em março de 1953, a primeira expedição ocupou a gleba, composta por José Henrique Rupp (filho de José), Ary Francisco Rupp (sobrinho de José) e de vários peões.

A primeira etapa da viagem, em busca das novas terras, terminava nas Águas do Verê. Deste lugar para frente foi necessário atravessar o Rio Chopin até atingir a outra margem. Tempos depois, a expedição atingiu as margens de um Rio denominado por eles de Faxina, porque o local servia para a higiene pessoal e também era onde limpavam as caças e as pescas. Com terreno propício, construíram o primeiro acampamento, denominado de Fazenda Velha. Objetivando centralizar-se na Fazenda em meio às matas, os colonizadores atingiram outro rio, o qual denominaram de Rio Faxininha. Neste local, outros acampamentos foram levantados, iniciando-se a história da Fazenda São Jorge, assim denominada por ser o Coronel José Rupp devoto de São Jorge.



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

No ano de 1959, começou a grande imigração de alemães e italianos, provenientes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que chegavam com o objetivo de conhecer e colonizar o sertão.

As vilas cresciam e a instalação do Município não demorou a acontecer. Na década de 1950, a vila passou a pertencer ao município de Chopinzinho, que tinha como Prefeito, nesta época, Armim Matte, como Governador do Paraná, Moisés Lupion e como Presidente da Nação, Eurico Gaspar Dutra.

Em 25 de junho de 1960, pela Lei nº 4.245, São Jorge se transformou em Distrito, antes mesmo do município vizinho, São João. Um ano após, em 1961, São João passou a ser Município e como representante do Distrito de São Jorge, José Henrique Rupp foi eleito vereador.

No dia 24 de junho de 1963, pela Lei nº 4.730, foi declarada a emancipação política de São Jorge, mas somente no dia 23 de novembro é que foi realmente homologado o Parecer de instalação municipal, ficando esta, a data oficial.

Com a emancipação, houve a necessidade de eleger um prefeito. Com menos de 500 eleitores, em 6 de outubro de 1963, e pertencendo à Comarca de Chopinzinho, São Jorge D'Oeste escolhia seu administrador público, concorrendo pela coligação PDC-PTB (Partido Democrata Cristão – Partido Trabalhista Brasileiro), Ary Francisco Rupp, candidato do Governo do Estado e pelo partido de oposição, a UDN (União Democrática Nacional), concorria Luiz Poyer. A eleição foi ganha por Ary Rupp, com 250 votos contra 168 de Luiz Poyer.

5.2 Símbolos Municipais

O Brasão e a Bandeira foram instituídos por meio da Lei Municipal nº 50/72.

FIGURA 3: Brasão do Município de São Jorge D'Oeste.



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR



Fonte: <http://www.pmsjorge.pr.gov.br/home.php?pg=mapas>

No Brasão Municipal, estão representados, na parte interna:

- ✓ No centro, uma cruz que simboliza a fé;
 - ✓ Na parte inferior, à direita da cruz, encontra-se o globo sobre um livro, tendo ao lado um tinteiro e uma pena, simbolizando o ensino e a cultura;
 - ✓ Ao lado e à direita da cruz, simbolizando a indústria, estão as chaminés sobre os prédios industriais;
 - ✓ Ao lado e à esquerda da cruz, simbolizando o potencial energético, encontra-se uma torre com os respectivos fios;
 - ✓ Na parte inferior, à esquerda da cruz, o terreno sulcado simboliza o potencial agrícola;
 - ✓ A cor amarela que parte da cruz, lançando-se sobre os demais símbolos, significa a luz cristã que orienta o povo sanjorgense em sua fé e o azul, ao fundo, simboliza o firmamento de São Jorge D'Oeste.
-



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

Na parte externa, em cima, simbolizando a emancipação e a riqueza do Município, encontra-se uma coroa amarela com cinco torres. Em baixo, encontra-se uma faixa vermelha, com o nome do Município e sustentando a faixa está à direita uma haste de milho e à esquerda uma de trigo. Abaixo da faixa vermelha a data da instalação do Município.

A Bandeira Municipal é de cor branca, contendo no centro, o Brasão do Município.

O Hino Municipal foi instituído por meio da Lei Municipal nº 26/71, tendo a letra e música de Vera Vargas. Os versos e estrofes que compõem o Hino são:

Onde o rio Iguaçu acolheu
No regaço o ondulante Chopin
Minha terra querida nasceu
Toda unvida de bênçãos sem fim
Tem o nome do Santo Guerreiro
Como linda predestinação
Para um povo que luta altaneiro
Arrancando o progresso do chão

São Jorge D'Oeste
De sol e esplendores
Que os vales revestem
De espigas, de flores
Aqui vibra a alma agreste
Dos heróis colonizadores

Mil riquezas qual torrente pulsante
Florescendo nos campos a luz
A um destino soberbo e triunfante
Teu futuro risonho conduz



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

E na usina que ao longe anuncia
O valor de um arrojo febril
Salto Osório garante a energia
Propulsora do sul do Brasil

6. ASPECTOS POPULACIONAIS

6.1 O Município recebeu imigrantes vindos em sua maioria de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, predominando desta forma, os descendentes de italianos, alemães e portugueses.

A contagem da população, divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2010, foi de 9.085 habitantes, verificando-se que há um decréscimo populacional anual na ordem de -0,94%. A população em idade ativa no Município é de 7.061.

GRÁFICO 1: População de São Jorge D' Oeste de 1970 até 2010



FONTE: IBGE – Censo Demográfico, IPARDES

TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO

FAIXA ETÁRIA	MASCULINA	FEMININA	TOTA
--------------	-----------	----------	------



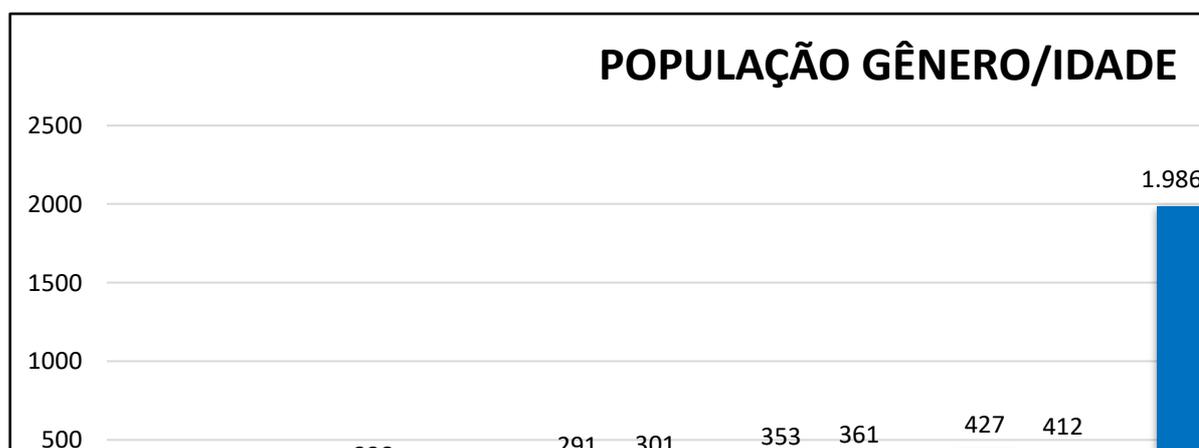
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

			L
Menores de 1 ano	58	54	112
De 1 a 4 anos	228	187	415
De 5 a 9 anos	291	301	592
De 10 a 14 anos	383	361	744
De 15 a 19 anos	427	412	839
De 20 a 49 anos	1.986	2.015	4.001
De 50 a 79 anos	1.097	1.124	2.221
De 80 anos ou mais	76	85	161
TOTAL	4.546	4.539	9.085

FONTE: IBGE –Censo Demográfico, IPARDES

GRÁFICO 2: População de São Jorge D'Oeste conforme gênero/idade.



FONTE: IBGE – Censo Demográfico, IPARDES

Em relação à população residente na área urbana e rural, constata-se que há ainda grande parte da população que permanece na zona rural, contrastando com a maioria dos municípios.

TABELA 2: População na área Urbana e Rural

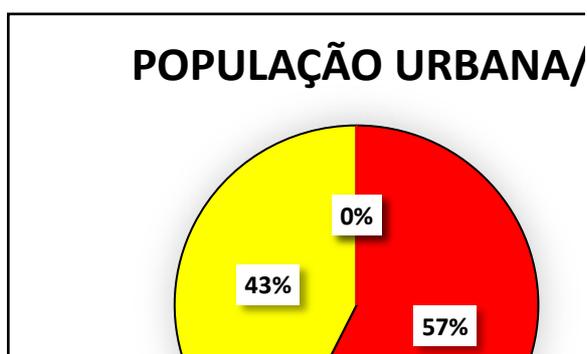


SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

POPULAÇÃO	TOTAL
Urbana	5.214
Rural	3.872
TOTAL	9.085

GRÁFICO 3: População na área Urbana e Rural



Fonte: http://convivaeducacao.org.br/platform/tools/pme_diagnosticsvisto 03/05/2015.

7. ASPECTOS CULTURAIS

Os feriados municipais são: no dia 23 de abril em comemoração ao Padroeiro São Jorge e no dia 23 de novembro, comemora-se a emancipação política do Município.

Os principais eventos culturais do Município são:

- Fest Queijo: Festa que resgata a tradição italiana;
 - Oktoberfest: Festa da tradição alemã promovida anualmente pela Igreja Luterana, onde é servido o chopp e comidas diversas da culinária alemã. São dois dias de festa com apresentação de diversos conjuntos musicais;
 - Deutchfest: com comidas atividades típicas da comunidade alemã;
 - Rodeio Crioulo: Realizado todo ano, sem data específica em
-



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

diversas comunidades, destaca o Município em nível de Brasil, rodeio com gado e diversas atrações, além da comida tipicamente gaúcha;

- Festa do Padroeiro São Jorge: Comemorado no primeiro domingo após o dia 23 de abril, tendo como cardápio churrasco e saladas diversas;
 - Festas dos padroeiros das capelas pertencentes a Matriz São Jorge;
 - EXPOSIÇÃO JORGE, Feira do comércio e indústria, exposição e comercialização de produtos orgânicos;
 - Festa da Uva: Realizada todo ano, no mês de janeiro, com comercialização de uvas e vinhos. A organização é do Clube da Melhor Idade da cidade;
 - Jantares italiano, mantendo a tradição das comidas típicas e seus costumes, realizado pelo Círculo Italiano da cidade.
 - Procissão de Corpus Christi, com confecção de tapetes alusivos;
 - Festas Juninas: Promovidas pelas escolas municipais e estaduais. A partir de 2013 acontece a festa junina integrada das escolas municipais.
 - Gaitaço: Encontro de gaiteiros na comunidade de Iolópolis;
- Na área do esporte são realizados campeonatos onde se destacam as modalidades de futebol suíço, futebol de campo, bocha, bolão, karatê e voleibol.
- Outras formas de manifestações culturais existente no Município acontecem por meio do Coral Municipal, Circo- Arte e Vida, que já participaram de eventos em municípios do Paraná e outros estados levando a cultura e o nome do Município.
-



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

As entidades responsáveis pelas promoções das festas e das manifestações culturais são: Grupo de Senhoras da Consoladora, Igreja Luterana, CTG (Centro de Tradições Gaúchas), Igreja Católica, CAJOR (Central de Associações de Produtores Rurais), Associação Comercial e Industriais, Instituições Educacionais e a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

8. ASPECTOS EDUCACIONAIS

8.1 . Resgate Histórico

A predominância da origem italiana e alemã no Município, influenciou na educação local. O italiano, mesmo com estilo patriarcal, em que o filho homem era educado para administrar e cuidar dos negócios, não descuidava nos incentivos educacionais da filha mulher, em que esta, deveria casar-se e ser dona-de-casa ou estudar e ser professora. O alemão, num estilo mais exigente, buscava as alternâncias entre o trabalho organizado e as histórias repassadas de pai para filho na decoração e estética das moradias, ou no estilo arrojado da fabricação caseira de doces. No entanto, os filhos, tanto homens como mulheres, eram incentivados a buscarem, por meio dos estudos, a sua autonomia profissional.

No início da colonização, por volta de 1958, era latente a preocupação dos colonizadores com os estudos dos filhos. Embora existisse oferta de trabalho, pois a agricultura e a pecuária supriam a mão-de-obra existente, a comunidade preocupava-se em oferecer o estudo às crianças, como forma de prepará-las para o futuro.

Embora o ensino tenha se desenvolvido lentamente, decorrente da falta de estrutura, as poucas alternativas que haviam eram aproveitadas. Os mais estudados do local, neste sentido, semiprofissionais (com a 4ª série completa) repassavam seus conhecimentos, muitas vezes em suas próprias



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

casas, aos que necessitavam de auxílio, barganhando com mercadorias os seus ensinamentos.

Neste período, em que o único meio de comunicação existente era o rádio, a escola era tida como um ponto de ascensão, pois era nela que as informações eram repassadas.

No dia 28 de fevereiro de 1968, foi instituído no Município o curso ginásial por meio do Ginásio Manuel Luis Osório, instituição educativa confessionalmente católica, que tinha como objetivo dar à juventude formação integral ao perfeito conhecimento de seus deveres para com Deus, com a Pátria e com a Família. Mantido pela comunidade, por meio de sócios da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), mais tarde passou a denominar-se Ginásio Agrícola de São Jorge D'Oeste, no qual frequentavam 269 alunos. Anos mais tarde (sem precisar a data), passou a denominar-se Ginásio São Jorge, sendo que as aulas aconteciam no Pavilhão da Igreja Católica.

Neste mesmo período, entrou em funcionamento o Ginásio Agrícola Estadual, no Distrito Paranhos, onde os alunos e sócios eram isentos de parcelas de contribuição. Com o surgimento desta instituição, que era estadualizada, houve uma disputa muito acirrada, pois alguns alunos se deslocavam da sede do Município para frequentarem a instituição no Distrito de Paranhos e outros permaneciam na sede do Município, frequentando o Ginásio São Jorge, só que pagando mensalidade.

Em 1974, de comum acordo e a pedido de autoridades, houve um deslocamento de salas de aula do Ginásio Estadual Doutor Antônio Paranhos para a sede municipal. Desta forma, o funcionamento do Ginásio São Jorge, que tinha como diretor o Padre João Nalon, se tornou inviável, vindo a paralisar temporariamente as suas atividades por falta de salas de aula, uma vez que a extensão do Ginásio Estadual Doutor Paranhos começaria a funcionar no mesmo local do Ginásio São Jorge.



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

Os alunos que completavam o Ginásio e queriam prosseguir nos estudos precisavam deslocar-se para Clevelândia.

Em 1970, foi instituída a Escola Técnica de Comércio Rui Barbosa, advinda da Campanha Nacional de Educandários da Comunidade (CNEC). Neste período, a Escola contava com 40 alunos, tendo como diretor Armando Vicente Novaczyk, DorliHerter, como secretária, e Agenor Veronese, presidente do CNEC. A escola se mantinha com as mensalidades cobradas dos alunos e da ajuda da comunidade em geral. Em 1974, a Escola passou a chamar-se Colégio Comercial Rui Barbosa.

O Município estava sendo provido com cursos profissionalizantes, mas havia a carência para os interessados em estudar o magistério, sendo que estas pessoas precisavam se deslocar para os locais onde havia esta oferta e que em geral era da rede particular de ensino.

Em 1975, na gestão do prefeito Cyro Poyer, ocorreu a instalação do curso de Magistério no Município, sob a direção da Irmã Anna Macarini de Lucca e Adelarte Umiltro Debortoli, como presidente da CNEC.

A partir do ano de 1988, o ensino de segundo grau passou a incorporar ao quadro do Ginásio Estadual Padre José de Anchieta, que ofertava o curso Técnico em contabilidade e o Magistério. Em 1998, foi extinto o curso técnico (na época com 41 alunos) e em 1999, foi extinto o curso de magistério (contando com 36 alunos) por decreto do Governo do Paraná. Estes dados mostram que ainda existia demanda para o ensino profissionalizante, em especial na área do magistério.

A partir do ano de 1999, a denominação de segundo grau passou a ser Educação Geral, não profissionalizante, deixando o Município desprovido de cursos de ensino profissionalizante.

Durante todo o processo educacional do Município, foram surgindo muitas escolas rurais que ofereciam o ensino de modo multisseriado, ou seja, onde um professor atendia as quatro séries do Ensino Fundamental. Mas, com a redução significativa dos alunos em muitas localidades e com a finalidade de



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

ofertar aos alunos um ensino de qualidade, faz-se necessário nuclearizar algumas escolas e fechar outra.

8.2 Instituições de Ensino que ofertam a Educação Básica

Centro Municipal de Educação Infantil Monsenhor Guimarães Jorge. O estabelecimento de ensino localiza-se no Bairro da Lapa. Desde janeiro de 2013 na nova sede na Rua Emerita Rupp, S/N, tem 133 alunos, para atender essas crianças são dezesseis professores efetivos, três professores auxiliares, dezesseis professores estagiários auxiliares de sala de aula, uma diretora, uma pedagoga, duas cozinheiras e três zeladoras. Criada pelo Decreto Municipal nº 054/99, de 28 de outubro de 1999, recebeu a denominação de Creche Municipal Monsenhor Jorge Guimarães. Pelo decreto nº 026/2000 passou a chamar-se oficialmente "Centro Municipal de Educação Infantil Monsenhor Guimarães Jorge". A Instituição oferta o Berçário, Maternal I, Maternal II e Jardim I, em período integral.

Escola Municipal La Salle – Educação Infantil e Ensino Fundamental. Localizada no Distrito de Iolópolis, foi criada pelo Decreto nº 050/91, de 15 de julho de 1991. A Escola é mantida pelo Poder Público Municipal, contando em 2015, com 35 alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental anos iniciais, no período vespertino. Os alunos são filhos de pequenos agricultores, avicultores e de boias-frias, oriundos da localidade e das comunidades vizinhas. A Escola conta com 12 profissionais entre eles professores, direção e serviços gerais, também a escola oferece no período contrário oficinas pedagógicas.

Escola Municipal Nossa Senhora da Lapa – Educação Infantil e Ensino Fundamental. Regulamentada pelo Decreto Estadual nº 2,325/93 e pelo Decreto Municipal nº 050/91, situa-se no Bairro da Lapa, na zona urbana, desde



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

a década de 1950. A Escola oferta a Educação Infantil e o Ensino Fundamental dos anos iniciais, num total de 214 alunos. Para este atendimento, conta com 16 profissionais, entre eles, professores, direção, auxiliares de serviços gerais e merendeiras.

Escola Municipal Ciranda da Vida – Educação Infantil e Ensino Fundamental. Criada pelo decreto Municipal nº 049/91, localiza-se na Linha São Pio X, zona rural, funcionando no período matutino com turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental dos anos iniciais, num total de 29 alunos e 07 funcionários. Os alunos, filhos de pequenos agricultores e boias-frias, são oriundos da própria comunidade e também de comunidades de Linha Azul e Vila Rural Adelarte De Bortoli. A escola oferece oficinas pedagógicas no período contrário.

Escola Municipal São Jorge – Educação Infantil e Ensino Fundamental. Localizada no centro da cidade, foi criada por meio do Ato administrativo n 1.721/82 e é mantida pelo Poder Público Municipal. A Escola possui turmas nos períodos matutino e vespertino, num total de 321 alunos e 35 funcionários. Os alunos são filhos de comerciantes, funcionários do comércio e indústrias, agricultores e bóias-frias, oriundos da cidade e de grande parte de interior do Município.

Escola Municipal Sant'Ana – Educação Infantil e Ensino Fundamental. Situada no Distrito de Nova Sant'Ana, ficou desativada por alguns anos, voltando a funcionar em 2005 por reivindicação da própria comunidade. A escola conta com turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental dos anos iniciais, num total de 59 alunos. Para este atendimento conta com 10 profissionais. Os alunos são oriundos da própria comunidade e das comunidades de Rocha Pombo, Taquaraçú, São Judas e Linha Guaraipo.



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

Escola Municipal Professor Jorge Guimarães – Educação Infantil e Ensino Fundamental. Localizada no Distrito de Dr. Antônio Paranhos, conta com turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental dos anos iniciais, num total de 105alunos e 17profissionais. O ensino Fundamental foi autorizado pela Resolução nº 3.620/91, de 15 de setembro de 1991, e a Educação Infantil por meio da Resolução nº 426/97 de 07 de fevereiro de 1997.

Escola Estadual de Iolópolis – Ensino Fundamental. Localizada no distrito de Iolópolis, é mantida pelo poder público Estadual. A Escola foi criada em 1973 e reconhecida pelo Decreto nº 50/79, contando em 2015 com 14alunos, divididos em 3 turmas no período matutino. Para atender estes alunos, que são filhos de pequenos agricultores, avicultores e boias-frias, oriundos do próprio distrito e de comunidades vizinhas, a Escola conta com 16 profissionais. Além disso, se faz presente os colegiados da APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários) e do Conselho Escolar. A escola compartilha sua estrutura física com a Escola Municipal La Salle.

Escola Estadual Pio X – Ensino Fundamental. Localizada na comunidade de São Pio X, zona Rural, foi criada pela Resolução nº 16/81. É mantida pelo Governo do Estado, funcionando no período vespertino, com turmas do Ensino Fundamental dos anos finais, num total de 39alunos. O quadro funcional é composto por 14 professores, uma direção, 02 pedagogas, um secretário escolar e 02 auxiliar de serviços gerais. A escola tem o apoio da APMF e do conselho escolar, compartilhando sua estrutura física com a escola Municipal Ciranda da Vida.

Escola Estadual Nova Sant'Ana – Ensino Fundamental. Situada no Distrito de Nova Sant'Ana, é mantida pelo Poder Público Estadual desde a sua criação em 1960. Conta com a APMF, que juntamente com a comunidade, promove eventos que ajudam na manutenção da mesma. A Escola compartilha sua



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

estrutura física com a Escola Municipal Sant'Ana e funciona no período vespertino possuindo um quadro de 12 professores, 02 funcionários de serviços gerais, um secretário um pedagogo, para atender 29 alunos oriundos da própria comunidade e das comunidades circunvizinhas.

Colégio Estadual Padre José de Anchieta – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional. O Colégio Estadual Padre José de Anchieta está localizado à Avenida Coronel Henrique Rupp-761, no centro de São Jorge D' Oeste e jurisdicionado ao NRE de Dois Vizinhos. Iniciou suas atividades no ano de 1979, conforme resolução nº 12/81 DOE 08/01/82, atualmente funciona em três turnos: manhã, tarde e noite atendendo 676 alunos nas modalidades: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional e atua como Escola Base da Casa Familiar Rural onde é ofertado o curso Técnico em Agroecologia, com 3 turmas. Reconhecimento Res. 3266/82 DOE 07/01/83m. A última alteração foi em 2012.

Escola Estadual Doutor Paranhos – Ensino Fundamental e Médio. Encontra-se localizada no Distrito de Dr. Antônio Paranhos. Em 1983, o estabelecimento de ensino, por meio da Resolução nº 2.150, passou a ser denominada de Escola Estadual Doutor Paranhos – Ensino de 1º grau, com reconhecimento de funcionamento em 10 de janeiro de 1983, por meio da Resolução nº 3.262/83. Em 11 de setembro de 1988, por meio da Resolução nº 3.120/98, passou a denominar-se Escola Estadual Doutor Paranhos – Ensino Fundamental. Em 13 de fevereiro de 2006, por meio da Resolução nº 338, foi autorizado o funcionamento do Ensino Médio, passando o estabelecimento de ensino e denominar-se de Colégio Estadual Doutor Paranhos – Ensino Fundamental e Médio. O colégio funciona no período matutino, com o ensino fundamental e noturno com o ensino Médio, atendendo um total de 87 alunos no Ensino Fundamental, 02 administrativos e dois funcionários de serviços



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

gerais. O colégio compartilha sua estrutura física com a Escola Municipal Professor Jorge Guimarães.

Escola Paulo Freire – Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e Educação Profissional/inicial na modalidade de Educação Especial. Foi fundada no dia 5 de maio de 1989, começando a funcionar em prédio cedido pela Prefeitura Municipal. No dia 21 de abril de 1994, foi inaugurada sua sede própria no centro da cidade. Desde janeiro de 2012 passa a funcionar como Escola de Educação Básica Paulo Freire na Modalidade de Educação Especial, conforme a resolução 3.600/2011. Esta escola é mantida pela APAE (Associação de Pais e amigos dos Excepcionais), com o apoio dos poderes públicos federal, estadual e municipal. Atende 73 alunos matriculados, sendo estes divididos em 10 turmas. Contamos com 14 professores, 02 atendentes, 02 auxiliar de serviços gerais, 01 merendeira, 01 motorista e equipe multiprofissional composta por uma psicóloga, uma fonoaudióloga, uma fisioterapeuta, uma terapeuta ocupacional, uma assistente social e um psiquiatra.

Casa Familiar Rural (CAFAMI). Localizada na Linha Santa Bárbara, distante dois quilômetros da sede do Município, é mantida pela Prefeitura e pela ARCAFAR/Sul (Associação Regional das Casas Familiares Rurais da Região Sul), jurisdicionada ao Núcleo Regional de Dois Vizinhos. Foi inaugurada no dia 13 de junho de 1997, numa área construída de 485,86m². Iniciou as suas atividades como Escola de Qualificação em Agricultura neste mesmo ano.

9. CONSELHO TUTELAR

O Conselho Tutelar é um órgão autônomo, subordinado administrativamente à Secretária Municipal de Assistência Social. Atualmente esta instalado junto ao Prédio da Antiga Escola São Jorge e utiliza-se o SIPIA como base de cadastros.



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

10.0 Assistência Social – Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

O Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social no município esta estruturando sua equipe. Serão contratados um Assistente Social 30h e um Psicólogo 40h, os quais realizam o acompanhamento da demanda de Proteção Especial, Ministério Público e Poder Judiciário, visto que o município não possui Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Esta equipe também acompanhará o acolhimento familiar que caracteriza-se como uma alternativa de proteção às crianças e aos adolescentes que precisam ser retirados de sua família de origem, mediante a concessão temporária de guarda e responsabilidade, conforme decisão judicial, sendo a mesma inserida no seio de outro núcleo familiar.

Diante desta perspectiva e do diagnóstico situacional de nosso município, sera elaborado em 2022 o Projeto Político Pedagógico do Servio de Acolhimento, visando organizar o serviço de acolhimento, em forma de Programa Família Acolhedora e Guarda Subsidiada, seja por família cadastrada ou através da própria família, (Família Extensa).

Estas modalidades de atendimento visam oferecer proteção integral às crianças e aos adolescentes em situação de risco pessoal e social, até que seja possível a reintegração familiar, vindo de encontro às reais necessidades dos usuários dos serviços, e em conformidade com a legislação vigente.

Dentre as principais problemáticas identificadas no município citam-se a, negligência e violência familiar, o trabalho infantil, alcoolismo e drogadição. Estas problemáticas têm trazido como consequência situações de abrigamento, aplicação de Medidas de Proteção a Infância e Adolescência. Outro plano que será desenvolvido é o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do município que também em conformidade com a proposta do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e da Lei do SINASE (12.594/12) traz como pressuposto a implantação e implementação de um Programa Municipal



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

de Atendimento voltado aos adolescentes autores de ato infracional, considerando o princípio da prioridade absoluta disposto na Carta Magna. Nesse sentido, prevê a elaboração de políticas públicas adequadas e destinadas prioritariamente ao público infanto-juvenil. Atualmente a execução das medidas socioeducativas em meio aberto no município são acompanhados pelo profissional de assistência social alocado no CRAS, o qual recebe a demanda oriunda do Conselho Tutelar e Poder Judiciário, e encaminha o adolescente para entidades disponíveis no município para a prestação de serviços à comunidade. Paralelo a isto, o adolescente é inserido no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conforme previsto na Tipificação Nacional dos Serviços, Resolução 109 de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social. A família do adolescente é inserida concomitantemente neste serviço para fins de acompanhamento dentro do nível de proteção social básica e especial da política de assistência social.

10.1 Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

O município conta com um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, ainda não situado em área de vulnerabilidade. Apresenta a seguinte equipe técnica: um psicólogo 40h, coordenador, um assistente social 40h, um técnico de nível médio 40h, um técnico de nível superior 40h, e um auxiliar de serviços gerais 40h.

Neste CRAS são desenvolvidos programas e projetos voltados para criança e adolescente de maneira contínua através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, distribuídos conforme tipificação dos serviços por faixa etária, de 0 a 6 anos, de 6 – 15, de 15-17, de 18-29, de 30-59 e acima de 60 anos (Resolução 109 de 11 de novembro de 2009, CNAS), através de oficinas socioeducativas em caráter diário e semanal, onde são desenvolvidas atividades de artesanato, teatro, música e atividades de grupo



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

junto ao PAIF, com intuito de interação social e discussão de temas relevantes a faixa etária e condizentes com a realidade do município.

Fazem parte dos atendimentos citados anteriormente crianças e adolescentes considerados público prioritário, tais como pertencentes a famílias beneficiárias de programas de transferências de renda; em situação de trabalho infantil; em situação de isolamento; com vivência de violência e/ou negligência; fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos; em situação de acolhimento; egressos de cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; egressos ou vinculados a programas de combate à violência, abuso e/ou exploração sexual; egressos de medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; em situação de rua; em situação de vulnerabilidade em consequência de deficiências.

O SCFV possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. É ofertado de modo a garantir as seguranças de acolhida, de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários.

10.2 Cadastro Único

O total de famílias inscritas no Cadastro Único, neste município, janeiro de 2022 é de 1.362 dentre as quais: 103 com renda per capita familiar de até R\$ 89,00; 166 com renda per capita familiar entre R\$ 89,00 e R\$ 178,00; 488 com renda per capita familiar entre R\$ 178,00 e 550,00 e 605 com renda acima de meio salário mínimo.

O Programa Auxílio Brasil, antigo Bolsa Família, é um programa de transferência de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. Este, beneficiou no mês de Dezembro de 2021, **252 famílias**. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 400,00 e



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 59.344,00 no mês.

11. GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS

Na gradual construção da política e da implantação dos instrumentos que compõem o SUAS, verifica-se uma sucessiva centralização decisória dos mecanismos de normatização acompanhada por uma moderada descentralização de financiamento e uma alta descentralização da execução (pode-se considerar até uma forte municipalização da execução). Uma das questões envolvidas no fluxo de descentralização exigido para cumprir com os objetivos constitucionais da política de Assistência Social diz respeito à estruturação das equipes nos níveis federativos.

As subdivisões na estrutura do órgão gestor, nacionais e estaduais, também são repetidas em maioria pelos municípios paranaenses: Proteção Social Básica (PSB), Proteção Social Especial (PSE). Gestão do SUAS, Gestão Financeira e Orçamentária, Gestão de Benefícios Assistenciais e Gestão do Trabalho são subdivisões comuns na estrutura do órgão gestor, seja de maneira formal ou informal, segundo as respostas dos municípios, desde 2010. A simples observância de existência de uma subdivisão administrativa diz pouco sobre o funcionamento da área em si. O que invoca questionamento é que uma estrutura altamente detalhada formalmente parece incompatível com uma estrutura governamental de municípios de pequeno porte e exigiria uma quantidade de funcionários que não parece se adequar com a realidade dos pequenos municípios paranaenses.

O debate sobre a construção de uma área de vigilância socioassistencial é o mais recente dentro da estrutura de construção da Política de Assistência Social. Entende-se que o serviço de vigilância exige diversas etapas relacionadas com domínio de conhecimento e metodologias específicas de coleta e tratamento de dados, gerenciamento e análise de informações. Por isso, destaca-se a escassez de trabalhadores qualificados especificamente



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

para essas tarefas. Nos municípios paranaenses, observou-se que as práticas de vigilância ainda não estão disseminadas, identificaram-se as declarações de existência e não se discute a qualidade do trabalho que declaram realizar.

Ousa-se afirmar que os maiores desafios para os próximos anos, sendo a qualificação da gestão do SUAS, a garantia de equidade na cobertura dos serviços socioassistenciais e a melhoria de sua qualidade, estão diretamente relacionados com o desenvolvimento da vigilância socioassistencial articulada ao planejamento e monitoramento de ações. Com as estruturas municipais existentes, será necessário um esforço de assessoria conjunto entre Governo Federal e estadual para diminuir as lacunas nesse setor da política de Assistência Social.

12. COFINANCIAMENTO E PERFIL ORÇAMENTÁRIO

A função de financiamento da política pública tem competência distribuída entre os três níveis. É necessário entender, por outro lado, que a capacidade de tributação entre entes é bastante diversa e que, portanto, isso altera sua capacidade de arrecadação e formação de receita. Aliado a isso, já se destacou várias vezes que os municípios paranaenses são em maioria de pequeno porte e, em grande parte, apresentam densidade econômica reduzida.

Sob outro aspecto da gestão financeira do SUAS, volta-se o olhar para o desenvolvimento de mecanismos de cofinanciamento que facilitassem o repasse e o gasto de recursos da Assistência Social. Nesse sentido, o Paraná, com a Lei Estadual nº 17.544, de 17 de abril de 2013, dispõe em seu artigo 1: que os recursos do Fundo Estadual de Assistência Social poderão ser repassados automaticamente para os Fundos Municipais de Assistência Social, independente da celebração de convênio, ajuste, acordo ou contrato, desde que atendidas as exigências deste artigo pelos respectivos municípios.

A deliberação do CEAS-PR nº 65, de 6 de setembro de 2013, criou o Piso Paranaense de Assistência Social (PPAS), para cofinanciamento estadual de



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

serviços, programas, benefícios e projetos de assistência social e de sua gestão, que atende às ações de Proteção Social Básica; Proteção Social Especial; Aprimoramento da Gestão; e Benefícios Eventuais. A lógica do Piso Paranaense I não vincula o uso do recurso a blocos.

Na sequência de regulação do cofinanciamento estadual, o Paraná produziu mais deliberações que trataram de constituir outros pisos com o intuito de repassar via fundo estadual para fundo municipal cofinanciamentos estaduais específicos para a Proteção Social Especial, sendo eles: a) PPAS II – Centro POP; b) PPAS III – Regionalização CREAS Municipais; c) PPAS IV – Reordenamento; d) PPAS V – Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias. Avançando na disponibilização de recursos, o Paraná aprovou o cofinanciamento estadual de Serviços de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e Emergenciais com recursos do FEAS.

13. ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento deve ser entendido como um processo permanente, que ocorrerá ao longo de todo o período de execução deste Plano, sendo que os responsáveis pelas ações deverão acompanhar atentamente cada etapa de sua implementação, promovendo o registro contínuo da realização das ações, e criando, assim, bases estruturadas para o monitoramento.

O monitoramento é um importante instrumento para acompanhar metas e prazos de execução e a implementação das ações, visando mensurar se os resultados esperados foram alcançados. Já a avaliação é um momento reflexivo, que avalia todo o processo e resultado para verificar a efetivação das políticas públicas propostas neste Plano Municipal. Assim, é necessário estabelecer um fluxo de monitoramento e avaliação das ações dos órgãos e instituições que possuem responsabilidade com relação às ações estabelecidas.



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

Por isso, cada órgão ou instituição envolvida, cada um dos responsáveis pelas ações do Plano de Ação deverá acompanhar suas ações constantemente, verificando se as metas instituídas estão próximas de serem atingidas, organizando a coleta e análise dos dados e mantendo os registros das ações previstas. Este Plano Municipal é um planejamento de longo prazo, elaborado com base na realidade do município de São Jorge D'Oeste deve ser um processo dinâmico e flexível. Por isso, no momento da avaliação, poderão ser propostas alterações, redefinições, repactuações e ajustes necessários, sempre visando à eficácia e efetividade da política pública em nosso município.



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

14. REFERENCIAS

IPEA, 2019. Plano Decenal de Assistência Social do Estado do Paraná : 2016-2025 / Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS. - Curitiba, PR : Secretaria da Família e Desenvolvimento Social. 2017.

Plano Estadual de Assistência Social do Estado do Paraná : 2020-2023/ Conselhos Estadual de Assistência Social - CEAS. Curitiba, PR : Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. 2020.

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8069.htm. Acessado em 09/12/2021.

Tipificação Nacional dos Serviços socioassistenciais - Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao. Acessado em 09/12/2021.

Cidade Brasil – Disponível em <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-sao-jorge-d-oeste.html>. Acessado em: 30/11/2021.

Caderno estatístico IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). – disponível em <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85575&btOk=ok>. Acessado em: 30/11/2021.

Plano Municipal de Educação do Município de São Jorge D' Oeste – PR.



SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Jorge D' Oeste - PR

São Jorge D' Oeste, 01 de Janeiro de 2022.

Leila da Rocha
Prefeita Municipal
De São Jorge D' Oeste

Solange de Souza Azeredo
Gestora da Secretária Municipal de
Assistência Social

Gessica Celeski
Psicóloga – Coordenadora do
CRAS

Natiele Orique da Silva
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social - CMAS
